

BRASIL-ÁFRICA: CULTURA, POLÍTICA E PROJETOS PARA O FUTURO

DAGOBERTO JOSÉ FONSECA*

1. A DESCOLONIZAÇÃO QUE NÃO OCORREU

Recentemente, temos encontrado no Brasil com certa frequência informações positivas alvissareiras sobre a África, algo que não ocorria nas últimas décadas do século XX, entre as quais aquelas que tratam das comemorações em torno da paz, como é o caso de Moçambique (cf. Mazula, 2002; Rocca, 1998). Todavia, ainda há muitas notícias que revelam um continente carregado de dificuldades econômicas e políticas, atolado em epidemias e mortes sangrentas, como, por exemplo, **O Clube do Banguê Banguê e Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias** (cf. Marinovich e Silva, 2003 e Gourevitch, 2000, respectivamente). No entanto, o mais importante agora é que esse continente começa a romper o silêncio, o esquecimento que países ricos e desenvolvidos, e mesmo o Brasil, impuseram-lhe ao longo de praticamente todo o século passado.

Atualmente a África é constituída por 56 países, mas com diferentes nações, povos e etnias que fazem parte destas fronteiras políticas, ou seja, os países. Segundo o antropólogo congolês Kabengele Munanga,

as configurações geopolíticas africanas atuais são produtos da herança colonial. No seio de cada uma delas convivem diversas formações culturais. Na época pré-colonial essas diversas culturas ou povos tinham relações ora de amizade, ora de conflitos, às vezes acompanhadas de hostilidades. As hostilidades funcionavam como fatores de solidariedade e coesão entre os membros de um mesmo grupo cultural. As tensões internas do grupo, os conflitos pelo poder poderiam provocar divisões e fragmentações do grupo e, conseqüentemente, a criação

de novas identidades para legitimar o novo poder e justificar a ocupação de novos territórios. De outro lado, a formação de Estados centralizados, reinos e impérios resultam de um processo de aglutinação de povos e grupos culturais diferentes, às vezes acompanhadas, como em toda a história da humanidade, das guerras de hegemonia política de alguns grupos em relação a outros (Munanga, 1997: 297)

O continente africano esteve em permanente contato com a Europa e o mundo árabe antes mesmo da Era Cristã, o que acarretou, entre outros fatores, a ocupação e a pilhagem de suas riquezas, impulsionadas pela conquista, pelo escravismo, pelo colonialismo e pelo neocolonialismo europeu e árabe, gerando as dependências econômica, política e militar que tem vivido por tanto tempo. Os atuais limites fronteiriços que definiram os territórios nacionais dos países africanos foram ratificados na Conferência de Berlim (Alemanha) pelas potências européias nos anos de 1884-1885. Segundo Marc Ferro, tal Conferência,

suscitada pelos conflitos em redor do Congo — disputado pelo rei Leopoldo a título privado, por Stanley, seu agente, e por Brazza, em nome da França —, foi, na realidade, organizada por Bismarck, que pretendia confirmar o seu papel de árbitro nos conflitos coloniais e passar também a participar da carniça (Ferro, 1996: 104)

Essa pendência política e diplomática entre a França e o trono belga pela posse do Congo teve a manifestação contrária de Portugal e da Inglaterra, no sentido de impedir os franceses de ampliar seu território no interior da África, de modo a favorecerem a Bélgica nesta conquista. Essas e outras contendas estiveram presentes nos debates e acordos realizados pela diplomacia européia acerca dos interesses geopolíticos nos territórios coloniais em África. Foram eles que motivaram a Conferência de Berlim:

Catorze potências participaram na Conferência de Berlim que, no essencial, estabeleceu uma espécie de “gentlemen’s agreement” [acordo de cavalheiros]: as potências européias comprometiam-se todas a não voltar a proceder a aquisições selvagens sem previamente notificar as demais para que elas pudessem formular as suas reclamações. Os povos ou reis africanos, considerados como ‘res nullius’, nem sequer foram consultados ou informados acerca de todas estas discussões (ibidem)

Tais fronteiras foram construídas a fim de definir as áreas de interesse político e influência econômica dos países europeus, mas, sobretudo, vieram a

legitimar a hegemonia militar dos ingleses e franceses no final do século XIX, bem como possibilitar que a Alemanha e a Itália pudessem estabelecer suas possessões na África após seus processos de unificação. Munanga é enfático neste particular:

Com a penetração colonial, as formações culturais africanas tiveram novos problemas. As fronteiras em linhas retas traçadas a partir dos mapas na Conferência de Berlim dividiram vários povos, fragmentando suas formações culturais entre mais de um território colonial e unificando diversas culturas dentro de um território colonial. Nessa operação de desfazer e refazer, desestruturar e reestruturar, o colonizador explorou também as diferenças existentes entre os povos reunidos, atizando rivalidades e oposições entre elas no espírito da política de “dividir para dominar”. Da manifestação das rivalidades e oposições assim atizadas nasceu o fenômeno batizado “tribalismo”, um conceito pobre, ideologicamente carregado e que vem desqualificar o rico conteúdo das identidades étnicas e culturais (Munanga, 1997: 297)

A maioria das independências dos países africanos, salvo algumas raras exceções, como a Etiópia, ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), propiciadas pela perda da hegemonia política e militar dos países da Europa Ocidental e, especialmente com a postura política adotada pelos Estados Unidos da América e pela Rússia (posteriormente União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), ocupando o espaço geopolítico-ideológico antes preenchido pelas nações européias. A independência de diversas nações africanas deu-se mediante explosivas negociações, conflitos e guerras civis, levando muitos à morte, seja ao norte, seja ao sul do Saara, na costa atlântica ou do Índico (cf. Ferro, 1996).

Os debates acerca da libertação, mas, sobremaneira, da autonomia e autodeterminação dos povos africanos estabelecidos nos territórios nacionais definidos pela referida Conferência, foram elaborados pelos cientistas sociais ocidentais que difundiam as teses socialistas e comunistas, principalmente Karl Marx, Friedrich Engels, Wladimir Lênin e Rosa Luxemburg (Pinsky, 1980), sem falar nas teses de Jean-Paul Sartre, Georges Balandier, Claude Lévi-Strauss e Frantz Fanon, os quais propiciaram novas e vigorosas apreensões políticas que levaram importantes contribuições a diversos movimentos de libertação nacional naquele continente. Ao prefaciар **Os condenados da terra** (*Les damnés de la terre*, 1961), do martinicano Fanon, Sartre faz

referência não somente à Argélia mas a todas as nações africanas que lutavam pela descolonização européia:

A Europa, empanturrada de riquezas, concedeu 'de jure' a humanidade a todos os seus habitantes; entre nós, um homem significa um cúmplice, visto que todos nós lucramos com a exploração colonial. Este continente gordo e lívido acabou por dar no que Fanon chama com justeza o "narcisismo". Cocteau irritava-se com Paris, "esta cidade que fala o tempo todo de si mesma". E a Europa, que faz ela? E esse monstro supereuropeu, a América do Norte? (apud. Fanon, 1979: 17)

O próprio Fanon é igualmente incisivo ao falar a partir da situação da Argélia e dos demais países conquistados pela Europa:

O colonialismo e o imperialismo não estão quites conosco por terem retirado de nossos territórios suas bandeiras e suas forças policiais. Durante séculos os capitalistas comportaram-se no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão foram os principais meios empregados pelo capitalismo para aumentar suas reservas de ouro e diamante, suas riquezas, e para firmar seu poderio (idem: 80)

Os debates político e acadêmicos produzidos por Albert Memmi, Albert Camus, Cheik Anta Diop e Joshua N'komo, bem como os literários elaborados por Léopold Sédar Senghor e outros africanos nas décadas de 1950 e 1960, estavam alinhados com este pensamento de dimensão política e cultural, mas com base econômica, filosófica e ideológica. Baseado nos pensamentos filosófico e político, o argelino Albert Camus nos diz acerca dessa questão em particular:

O homem — é certo — não se resume à insurreição. Mas a história de hoje, mercê das suas contestações, leva-nos a afirmar que a revolta constitui uma das dimensões essenciais do homem. É a nossa realidade histórica. A menos que fujamos à realidade, forçoso nos é encontrar nela os nossos valores (Camus, 1951: 36)

Com esses processos a África adquiriu na segunda metade do século XX uma *independência dependente*, vivendo o regime intenso da Guerra Fria, das descapitalizações financeira e econômica, perdendo poder de competição, isto é, mercado para outras regiões do planeta que não comercializavam somente matérias-primas. Esses déficits tecnológico e científico que a África acumulou ao longo destes últimos séculos como resultado do

colonialismo, do neocolonialismo e do imperialismo acarretaram seu atraso e os raros contatos com as tecnologias de ponta inventadas pelos ocidentais, mesmo com matérias-primas retiradas de seu subsolo ou de seu conhecimento antigo.

Para agravar a situação social, política, econômica e militar, diversas nações africanas estiveram mergulhadas em guerras civis, revestidas de uma roupagem étnica, e nas quais se imputava a Conferência de Berlim e os interesses europeus como seus grandes fomentadores. Daí a presença de partidos políticos alicerçados segundo a lógica ocidental e as articulações étnicas e culturais, gerando composições políticas estranhas à cultura tradicional, ou seja, anterior ao colonialismo em África (cf. Munanga, 1997: 297-298).

Não tenhamos dúvida de que eles (europeus) tiveram um importante papel neste cenário de guerra, seja instigando as antigas rivalidades étnicas, seja comercializando armamentos sofisticados e mesmo obsoletos para os grupos presentes no campo de batalha. No entanto, se os europeus estavam lá para vender armas e influenciar ideologicamente as disputas étnicas africanas como parte do arsenal político legado da Guerra Fria que envolveu os Estados Unidos e a União Soviética, de outro lado, o que estava de fato em litígio era o poder e a possibilidade de mantê-lo dentro de seu grupo, para o seu grupo e pelo seu grupo político.

As guerras civis no contexto africano, como na ex-Iugoslávia de Joseph Tito, têm tido nas disputas étnicas um grande cobertor social e político que encobre os interesses estratégicos das elites nativas e nacionais (ex-colonizadoras) da luta pelo poder de controlar os novos, não mais artificiais, territórios nacionais. Os interesses econômicos, sobretudo os pessoais e familiares, têm também estado neste jogo. Verifica-se isso quando constatamos que nem sempre as etnias daqueles que estão no poder são literalmente beneficiadas social, política e economicamente, mas os chefes destes Estados “independentes” dão a impressão, dizem e fazem o povo e os irmãos étnicos crerem que participam verdadeiramente do poder do Estado Nacional, solicitando assim a cumplicidade e a solidariedade para manter o poder na mão da sua etnia. Foi este o caso das guerras civis, ideológicas e étnicas que ocorreram, por exemplo, em Biafra (sul da Nigéria), na Eritreia (norte da Etiópia), registrada por Fernandes (1986), e, mais recentemente, em Ruanda, como descreveu Gourevitch (2000).

Não diríamos que os interesses econômicos e políticos sejam de ordem classista, pois julgamos que as estruturas sociais africanas não estão suficiente-

mente consolidadas segundo as categorias analíticas estabelecidas por Marx e Engels, a não ser, precariamente, nas grandes cidades e capitais. Deste modo, a leitura de antagonismos de classes sociais, como conhecemos no ocidente capitalista, não se dão para a maioria populacional que está no meio rural e no espaço urbano dos países africanos.

A descolonização do continente africano, de fato e de direito, não ocorreu. As potências conquistadoras e colonizadoras européias não abandonaram suas colônias, mantiveram suas empresas exploradoras e extrativas: muitos filhos dos conquistadores e dos colonizadores, nascidos na colônia, também lutaram pela emancipação, mas conservaram muito de seus poderes e prestígio sociais. As elites africanas, nativas e nacionais, foram e estão sendo formadas segundo a perspectiva das nações ocidentais européias, geralmente sendo tuteladas pelas antigas e sempre atuais metrópoles. Os revolucionários africanos têm sido produto da lógica hegemônica ocidental, sendo aquilo que Vidiadhar S. Naipaul chamou de *mimic men* (homens cópias, mímicos) (apud. Gourevitch, 2000: 74). Aliás, como o demonstrou Memmi (1989), os colonizados não conseguem se libertar do retrato, da imagem e do fascínio do colonizador, mesmo o odiando, mesmo querendo destruí-lo.

A libertação africana esteve sempre comprometida, posto que tem sofrido a ingerência flagrante dos países conquistadores, das alianças empresariais e das agências financiadoras e humanitárias ocidentais européias e norte-americanas, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), e, ainda que sendo palco das disputas político-pastorais da religião e das igrejas cristãs, também da influência do islamismo e de suas instituições sociais (cf. Verhelst, 1992).

Contudo, nem por isso esse continente, principalmente em sua porção ao sul do Saara, se dá por vencido. A África tem comprovado sua força, sua altivez, sua capacidade de superar as dificuldades, o caos, com criatividade. Como diz Munanga,

uma coisa é certa: durante esses quase cinco séculos de dominação, a África, tanto da diáspora como da Mãe África, soube sobreviver graças à sua resistência cultural, resistência que consistiu em algum caso não apenas na manutenção de sua herança tradicional, mas também na sua capacidade de inventar novas culturas de resistência de acordo com as condições de vida como escravizados (Munanga, 1997: 300)

2. NOVAS DIREÇÕES PARA O CONTINENTE

De qualquer modo, tais arroubos de positividade sobre a África, por mais que configurem um desejo político, demonstram a necessidade dos africanos saírem deste caos em que estão mergulhados há muito tempo, segundo ditam as lógicas econômica e tecnológica ocidentais, a nova ordem mundial e as lideranças políticas africanas. Neste sentido, as novas lideranças culturais e políticas africanas têm se conscientizado da necessidade de se comprometerem com o futuro das novas gerações e dos Estados Nacionais de que são responsáveis. Deste modo, buscam estabelecer alianças pontuais e coerentes com outros líderes africanos.

Neste processo destacou-se a figura ímpar e emblemática do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, que liderou, mesmo da prisão, o Congresso Nacional Africano (CNA) e estabeleceu a transição entre o poder com os brancos *africânderes* (de origem *bôer*, holandesa), dialogou com responsabilidade com os demais partidos políticos, sobretudo com o Partido da Liberdade Inkatha, liderado por Mangosuthu Buthelezi. Mandela deu os passos firmes, utilizou sua liderança, da diplomacia ocidental, usou e abusou de socialistas, comunistas e capitalistas ocidentais, sem abandonar os princípios de ver a África do Sul livre do *apartheid* étnico, racial, social, político, econômico, jurídico e educacional que viviam os negros sul africanos. Teve a capacidade política de negociar e frear as batalhas campais existentes entre as etnias sul africanas, patrocinadas pelos regimes ocidentais e pelos interesses políticos divergentes de Buthelezi, que utilizou o discurso étnico *zulu* para chegar ao poder (cf. Marinovich e Silva, 2003).

Algumas das novas lideranças africanas buscam sair do retrato de fascínio do conquistador descrito por Memmi para buscar em si mesmo as potencialidades para construir um futuro melhor para todos os africanos, sem os ditames ocidentais europeus. Para tanto, porém, precisam identificar a real situação da África, um continente com

340 milhões de pessoas e que vivem com menos de um euro por dia, ou seja, menos do que R\$ 4,00 diários. A taxa de mortalidade entre crianças de menos de cinco anos de idade atinge aos 140 por 1000 e a esperança de vida ao nascimento é de apenas 54 anos. Somente 58% da população tem acesso a água potável. A taxa de analfabetismo entre pessoas de idade superior a quinze anos atinge os 41%. Existem apenas dezoito linhas telefônicas principais para 1000 pes-

soas em África, comparadas com 146 para o resto do mundo em geral e 567 nos países de alto rendimento (Consulado Geral da República da África do Sul, 2002: 1)

Essas lideranças africanas preocupadas com a mudança social de seus territórios nacionais e de seus vizinhos visam “*erradicar a pobreza, o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis para deter a marginalização da África no processo de globalização*” (idem, capa). O processo ensejado por esse documento, assinado pelas lideranças políticas africanas da África do Sul, Nigéria e Argélia, em outubro de 2001, na cidade de Abuja (Nigéria), e muito a propósito intitulado **Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)**, manifesta a necessidade do continente africano apontar novas direções, novas e efetivas propostas, mas negociando com as potências européias e com os Estados Unidos de modo não-subserviente, procurando dar cabo das tiranias políticas, da corrupção sistêmica presente nas instituições nacionais e da malversação administrativa efetuada pelos políticos, impondo a miséria dos diversos povos africanos. O NEPAD deixa nítida essa perspectiva:

Por altura da independência, virtualmente todos os novos Estados eram caracterizados pela falta de pessoal qualificado e uma fraca classe capitalista, o que resultou no enfraquecimento do processo de acumulação. A África pós-colonial herdou Estados fracos e economias disfuncionais que foram agravados ainda por uma liderança fraca, pela corrupção e pela má governação em muitos países. Estes dois fatores, conjugados com divisões causados pela Guerra Fria, minaram o desenvolvimento de governos responsáveis em todo o continente (idem: 5)

No que diz respeito às ditaduras africanas e à corrupção que atingiu e continua atingindo a África, porém, Munanga não tergiversa:

A elite dirigente africana, salvo raras exceções, é corrupta e alienada; seu nacionalismo é de fachada pois serve mais aos interesses estrangeiros e aos dela própria do que aos de seus países. Os verdadeiros nacionalistas e revolucionários foram mortos (Lumumba, Mondlane, Amilcar Cabral, Marien Nguabi) ou estrangulados (Nkrumah, Sékou-Touré, Samora) pelo imperialismo ocidental com a ajuda dos próprios africanos. Existe uma exploração interna, uma pilhagem sistemática do continente por seus próprios filhos em estreita colaboração com a exploração externa (Munanga, 1993: 109)

O desenvolvimento africano atual vem da capacidade de dialogar e inovar a partir e através das antigas tradições políticas, independentemente das linhas fronteiriças e étnicas. As questões de cunho nacional devem estar estruturadas sob as bases de um verdadeiro trabalho de cooperação pautado por uma agenda construída por estas lideranças africanas. Sem dúvida,

em todo o continente a democracia está a propagar-se com o apoio da União Africana (UA), que manifestou uma nova determinação de resolver os conflitos e censurar os desvios às normas. Estas iniciativas são reforçadas pelas vozes da sociedade civil, incluindo as associações das mulheres, dos jovens e os órgãos de comunicação independentes. Ademais, os governos africanos estão mais do que nunca determinados a realizar os objetivos regionais e continentais de cooperação econômica e integração. Isto serve para consolidar os ganhos da transformação econômica e reforçar as vantagens da interdependência mútua (Consulado Geral da República da África do Sul, 2002: 10)

As lideranças africanas devem se acautelar diante do pressuposto de que as democracias liberal e representativa e o pluripartidarismo, cunhados pelo Ocidente e tendo como princípio a lógica dos “50% mais um” são satisfatórios, legais e legítimos diante da diversidade social, étnica, cultural e histórica dos grupos constituintes desses Estados Nacionais, forjados há pouco mais de um século. A participação das mulheres na vida política nacional, a constituição de organismos para intervir em conflitos regionais, o cuidado com a saúde, a educação e os direitos humanos, além das estabilidades política e econômica, com o fortalecimento e a criação da infra-estrutura no campo industrial e agrário, são condições *sine qua non*, mas desde que estabelecidas dentro da realidade cultural e social dos diferentes povos africanos.

Essas são algumas das bandeiras dessas novas lideranças para a construção do desenvolvimento africano. No entanto, verificamos que tais necessidades não são universais mas ocidentais. Constato que as receitas ocidentais, sobretudo aquelas encaminhadas pelos EUA, pelo FMI e outros órgãos multilaterais, permanecem na cabeça destas lideranças, como se explicita no documento do NEPAD:

As transformadas condições em África já foram reconhecidas pelos governos do mundo inteiro. A Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada em setembro de 2000, confirma a disponibilidade da comunidade mundial em apoiar os esforços em África para resolver a problemática do subdesenvolvimento e da marginalização do conti-

nente. A Declaração destaca o apoio à prevenção de conflitos e à criação de condições de estabilidade e democracia no continente, bem como os importantes desafios da erradicação da pobreza e da doença. A Declaração realçou ainda o engajamento da comunidade mundial no sentido de elevar o fluxo de recursos para África (ibidem)

O diálogo africano deve se fazer consigo mesmo, fortalecendo as instituições nativas e plurais, como a Organização dos Estados Africanos, ou melhor, a União Africana (UA), mas também pode e deve dar-se a partir do eixo sul-sul, ou seja, de maneira horizontal, entre países que se encontram na mesma condição não apenas social, política e econômica como histórica e cultural. Neste sentido, estabelecendo relações de reciprocidade, de cooperação técnica e de cumplicidade política para lidar com as grandes potências europeias e com os EUA, sobretudo nas negociações com as grandes agências, fóruns e conselhos internacionais, transnacionais e multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No entanto, antes mesmo de eleger seus parceiros estratégicos a fim de adquirir a sua recuperação, a África necessita estabelecer os objetivos e as metas para o seu crescimento continental, tendo em vista um planejamento pautado na análise das conjunturas micro e macro-econômicas, políticas e culturais permeáveis aos fluxos e aos influxos da ordem mundial globalizante, mas igualmente inflexíveis quanto aos princípios norteadores desta recuperação econômica e tecnológica. O que constatamos é que os presidentes Thabo Mbeki (da África do Sul), Olusegun Obasanjo (Nigéria) e Abdelaziz Bouteflika (Argélia) visam

um desenvolvimento sustentável integrado para o restabelecimento econômico e social da África, envolvendo uma parceria construtiva entre o continente e o mundo desenvolvido. (...) Erradicar a pobreza na África e colocar os países africanos, tanto individualmente quanto coletivamente, num caminho de crescimento e desenvolvimento sustentáveis para deter a marginalização da África no processo de globalização (idem: capa)

É possível perceber, ainda, que um dos objetivos em longo prazo consiste em “promover o papel das mulheres em todas as atividades” (idem: 16). De fato, eles deixam nítido que as mulheres estão sendo desrespeitadas em seus

direitos nos diversos países africanos, seja no que concerne a sua saúde, seja na sua capacidade produtiva, na medida em que não estão matriculadas nas escolas primárias ou secundárias e, muito menos, freqüentando em iguais condições os bancos universitários destas nações. Neste particular, consideram como meta

realizar progressos para assegurar a igualdade de gênero e capacitar as mulheres através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrícula na educação primária e secundária até 2015 (ibidem)

Munanga também ressalta a participação feminina como fundamental na economia africana, já que são elas que

investem maciçamente no setor informal da economia. Embora sua posição seja ainda delicada numa sociedade dominada por homens, trata-se de uma mudança social promissora e que mereceria uma atenção particular (Munanga, 1993: 111)

Tendo como meta o ano de 2015, os principais objetivos traçados consistem na (i) realização e conquista de uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima dos 7% anuais; (ii) diminuição em 50% da pobreza no continente; (iii) matrícula de todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias; (iv) redução em dois terços da razão da mortalidade infantil e da criança e da mortalidade materna em três quartos; (v) acesso de todos os necessitados aos serviços de saúde de reprodução e (vi) implementação do desenvolvimento sustentável, com limitação das perdas de recursos ambientais. Como se vê, a estratégia para tal está alicerçada no

crescimento e desenvolvimento econômico e incremento do emprego; redução nos níveis da pobreza e da desigualdade; diversificação das atividades produtivas; promoção da concorrência internacional e do aumento das exportações e incremento da integração africana (Consulado Geral da República da África do Sul, 2002: 17)

O estabelecimento das metas e dos objetivos deve estar calcado em relação a quatro modalidades deste projeto de recuperação, denominadas de planos *ideal, real, necessário e possível*, os quais, por sua vez, encontram-se articulados às realidades cultural, étnica e política, ao tempo imediato e aos prazos futuros (curto, médio e longo). Tal processo econômico-político-cultural e institucional das nações africanas não pode estar somente na cabeça dos líderes dessas nações nem exclusivamente voltado para os interesses de uma ou poucas etnias nacionais, antes deve contar com a participação fre-

qüente, majoritária e maciça das populações envolvidas, fortalecendo os compromissos entre as lideranças político-administrativas e o povo.

3. OS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO

A África encontra diversas dificuldades para implementar esse plano, que consideramos ideal e que demarca o que é necessário diante de suas necessidades e da sua realidade social. A esmagadora maioria dos países africanos precisa urgentemente construir uma capacidade de organização e possibilidade de criar condições favoráveis para o crescimento e o desenvolvimento econômico, mas isso não é fácil, pois não possuem o mínimo de estrutura financeira, fundos e poupança interna de investimento e mão de obra especializada para tal dentro dos seus próprios territórios nacionais. As lideranças signatárias do referido documento reconhecem esse cenário:

A realidade é que muitos governos não têm a capacidade de desempenhar este papel. Conseqüentemente, muitos países não possuem os necessários quadros de política e de regulamentação para o crescimento induzido pelo setor privado. Eles não possuem igualmente a capacidade para implementar programas, mesmo quando os fundos são disponíveis (idem: 22)

Tomemos como exemplo o diagnóstico acerca da infra-estrutura:

A fraca infra-estrutura das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em África, conjugada com os fracos quadros de política e de regulação e dos limitados recursos humanos, resultou no acesso inadequado aos serviços de telefone, radiodifusão, informática e internet, a preços acessíveis. A teledensidade africana, por exemplo, permanece abaixo de uma linha por 100 pessoas. O custo do serviço é igualmente elevado: o custo de uma linha telefônica em África é de uma média de 20% do PIB per capita, em comparação com a média mundial de 9% e de 1% para os países de alto rendimento (idem: 28)

Consideramos importante e salutar para o continente africano construir mecanismos internos que auxiliem neste projeto de longo prazo, sem esquecer de realizações imediatas, sobretudo no que toca à redução da pobreza e da miséria que levou milhares à morte pela subnutrição e inanição ao longo dos anos 90. Essas nações devem colaborar intensamente para que o Banco Africano de Desenvolvimento, as instituições e organizações não-governamentais (ONGs) nativas e legítimas, além de outros instrumentos sociais,

possam desempenhar “*um papel de vanguarda no financiamento de estudos, programas e projetos regionais*”, contribuindo com esse processo de recuperação econômica e tecnológica. Tal disposição política e cultural é importante até para constituir uma auto-estima positiva destas populações, gerando um fator psicológico importante para esse fenômeno sócio-econômico.

Trabalhando de modo a construir um caminho próprio, sem se esquecerem das compensações e reparações que os países colonialistas têm consigo, a África e os africanos podem trilhar, mesmo com dificuldades objetivas, no propósito de fortalecer sua soberania, legitimidade, autodeterminação e autogovernança. Caso contrário, os africanos novamente imporão a si novamente a subserviência dos tempos escravistas, extrativistas e colonialistas dos séculos passados, através de investimentos das empresas transnacionais, organizações financeiras, bancárias e de cooperação multilaterais estrangeiras que acarretarão, indubitavelmente, em mais dependência e mais dívida externa, o que significa dizer, em mais pobreza, mais miséria, mais doenças e mortes, mediante as guerras ou a fome.

Os líderes africanos preferiram anteriormente seguir o segundo caminho acima apontado, não por ser mais fácil pedir a ajuda dos países conquistadores de outrora (Bélgica, Portugal, França, Inglaterra etc.) ou para Cuba, China, URSS e Estados Unidos no período da Guerra Fria, mas para facilitar a entrada de enorme volume de capital voltado para o investimento em infra-estrutura nas capitais e províncias onde residiam esses líderes e seus grupos étnicos, possibilitando assim que parte desses recursos financeiros fosse parar em suas contas correntes e/ou poupanças particulares de paraísos fiscais da Europa.

A entrada de recursos financeiros, seguida do desvio de parcela considerável dos mesmos, fragiliza as populações e as economias africanas, contribuindo, também, com a fuga de diversos cérebros destas diferentes sociedades. Vale mencionar que desde o século XV a África tem assistido, comercializado e participado do traslado compulsório ou voluntário de diversos filhos e filhas aptos ao trabalho, submetidos à escravidão, à servidão, mas também às vantagens concedidas pelas burguesias do mundo ocidental europeu e/ou estadunidense. Essa “hemorragia” ou “evasão” de cérebros, corriqueira nos países do Terceiro Mundo ou em vias de desenvolvimento, sobretudo da América Latina, da Ásia, da Europa Oriental e da Oceania, atinge a África de modo cruel e perverso, pois os talentos tecnológicos, científicos e artísticos egressos destas regiões do mundo vão contribuir cada vez mais com as

potências econômicas e ex-colonialistas imperialistas, enfraquecendo seus continentes e países de origem. No entanto, Munanga lembra que

os especialistas originários do Terceiro Mundo são freqüentemente menosprezados pela América do Norte e, em proporção mínima, pela Europa Ocidental, mas muitas vezes são obrigados a deixar seus países pela situação política, econômica e profissional aí lhes reservada (Munanga, 1993: 109)

No caso africano, em particular, a medida de controlar a saída desses talentos é praticamente ineficaz, mesmo quando se considera que muitos são filhos das elites étnicas ou partidárias locais, financiados, portanto, pelos cofres públicos e com o compromisso de retornar ao país, o que raramente acontece (idem: 110). Segundo podemos apurar no documento do NEPAD, há uma ação a ser implementada no sentido de repatriar esses cientistas, artistas e tecnólogos, desenvolvendo redes de cooperação técnica e de conhecimento entre aqueles que estão fora e os que estão dentro do país. Essas medidas, entretanto, serão cada mais eficientes caso haja, de fato,

as condições políticas, sociais e econômicas em África que poderão servir de incentivos para conter a fuga de cérebros e atrair o tão necessário investimento. Estabelecendo um banco de dados confiável sobre essa fuga (...) tanto para determinar a magnitude do problema como para promover o estabelecimento de rede e colaboração entre peritos nos países de origem e os africanos na diáspora (Consulado Geral da República da África do Sul, 2002: 35)

Os angolanos começam a investir no retorno de seus filhos qualificados e com capacidade produtiva presentes em diversas partes do mundo, tanto aqueles que se refugiaram durante os anos de guerra civil como os membros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que saíram para estudar e se capacitar para fazer parte do governo. Essa iniciativa angolana tem tido o respaldo estratégico de empresas petrolíferas e de extração mineral no país, contribuindo desta maneira para a integração e a consolidação da grande nação angolana após a declaração de paz propiciada com a morte de Jonas Savimbi da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

As universidades moçambicanas e angolanas têm procurado trabalhar com convênios de intercâmbio com outras instituições de ensino superior, inclusive brasileiras, a exemplo do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação de uma universidade paulista que tem contribuído com a formação

superior de docentes da Universidade Pedagógica de Moçambique. Neste caso específico, são os docentes brasileiros que vão até aquele país africano, propiciando um custo menor e evitando o risco de perder seu futuro talento para um país estrangeiro. Tanto o intercâmbio de alunos e professores africanos, sobretudo os de língua portuguesa, francesa e inglesa, quanto o envio de docentes brasileiros para as universidades africanas, com contrato de dois anos, tendem a aumentar nos próximos anos.

Tais mecanismos de viabilização de formação superior têm ocorrido em outros países africanos, com a finalidade principal de fortalecer a disposição de recuperar o poder político, intelectual e tecnológico do continente africano. Esse esforço é necessário até porque sinaliza a necessidade de que esses homens e mulheres africanos devam retornar aos seus países natais, na medida em que se comprometam com a recuperação econômica, tecnológica e política, colaborando com a educação e a paz de suas respectivas nações. Como se atesta no NEPAD, a situação de carência econômica dos países africanos poderia ser alterada com o retorno destes profissionais e o investimento em programas de recuperação social, tecnológica e política:

A maioria dos países africanos é pequena, quer em termos de população ou de rendimento per capita. Devido aos limitados mercados, eles não oferecem receitas atraentes a potenciais investidores, ao mesmo tempo em que o progresso na diversificação da produção e das exportações é retardado. Isto limita o investimento em infra-estruturas básicas de que depende nas economias de escala para a sua viabilidade (idem: 23)

No que toca à educação no nível superior, os esforços político e econômico necessitam de um empenho intenso para desenvolver as estruturas do ensino primário e secundário na África a fim de diminuir o analfabetismo. Torna-se fundamental, todavia, que o currículo e o sistema de ensino africano sejam revistos e reformulados de maneira a estarem associados às necessidades locais e nacionais, sem o ranço pedagógico e cultural do colonialismo (idem: 34. Ver, também, Munanga, 1993: 104). Com as independências africanas do pós-Segunda Guerra, procurou-se combater o analfabetismo, mas ainda tendo como base as diretrizes ocidentais. Como afirmamos antes,

os diversos Estados europeus, asiáticos, africanos e americanos aplicaram diversas políticas desenvolvimentistas e sociais a fim de ampliar seus mercados produtores e de consumo, tanto no âmbito interno como no externo. Os setores secundários (indústria) e terciários (servi-

ços) da economia, juntamente com os Estados Nacionais, vislumbra-ram que o combate e a erradicação do analfabetismo era uma neces-sidade vital e social, pois acarretaria o aumento da produção indus-trial e a ampliação das ofertas e do consumo, na medida que se contaria com esse enorme contingente populacional de analfabetos (Fonseca, 2003: 129)

Esse processo educacional desencadeado pela erradicação do analfabetismo ocorreu entre os brasileiros e africanos, acarretando na migração de um enorme contingente populacional do campo para a cidade em busca de melhores empregos no setor industrial ou de serviços pela via escolar. Neste sentido, dizíamos ainda:

Os Estados brasileiros e os diversos Estados africanos, nas décadas de 1950-1990, constataram que a maior parte da população oriunda do setor primário (agricultura), presente no campo ou migrando para os grandes centros industriais e urbanos, era de africanos, de seus descendentes e de indígenas, todos pobres e analfabetos ou semi-alfabetizados que precisavam se alfabetizar a fim de conquistarem empregos e salários dignos (idem: 130)

O ideal de erradicação do analfabetismo impulsionado pelos países ociden-tais e pelas organizações multilaterais, assim como pela ONU e seu organis-mo responsável pela educação, ciência e cultura, a UNESCO, serviram para que diversos intelectuais brasileiros e africanos se debruçassem nesta tarefa de contribuir com a educação nos diferentes níveis de ensino em seus países, como Darcy Ribeiro e Paulo Freire, no Brasil. Este último, ainda no contexto sócio-político-econômico e cultural do pós-guerra, na década de 1960,

buscou combater a exclusão social, política e econômica de amplos segmentos populacionais no Brasil e na África que tinham na orali-dade a sua maneira de lidar com o mundo, a partir da luta contra o analfabetismo. (...) Os esforços desenvolvidos pelos diversos Estados Nacionais (...) elevaram o padrão cultural e tecnológico dessas socie-dades, mas, desta maneira, consolidaram a supremacia da escrita ocidental européia sobre o universo e o conhecimento oral dos “ile-trados” presentes no Brasil e na África (ibidem)

Nas sociedades africanas como nas brasileiras, estruturadas segundo a lógica hegemônica ocidental, a escrita sobrepujou a cultura oral, situando todos os analfabetos na marginalização sistemática. No contexto da globalização e da

cultura tecnológica ocidental, a escrita é o instrumento que exclui populações inteiras de ambas as regiões. Ela é, sem dúvida, “a principal ferramenta tecnológica para que um ser humano se inclua no mundo moderno e globalizado; repleto de outros códigos, saberes, habilidades e competências, geralmente associadas à informática e ao universo digital” (idem: 131). Segundo pode-se observar na reportagem assinada por Alexandre Fontoura, a exclusão digital engendrada pela escrita e pelo acesso a computadores implica na marginalização sócio-econômica, política, educacional e comunicacional. Assim,

de acordo com o relógio da exclusão digital montado pelo Comitê de Democratização da Informática, a cada três meses um milhão de pessoas passa a ter acesso ao computador em casa. Para o chefe do Centro de Política Social da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador da pesquisa, Marcelo Neri, a exclusão digital caminha junto com a exclusão social — atinge mais as pessoas de menor escolaridade, negros e em áreas menos desenvolvidas do país. Entre os negros, apenas 4% têm computador em casa. Já entre os brancos o percentual sobe para 15,14%. “O apartheid racial e digital caminham juntos no Brasil mesmo quando consideramos brancos e negros que obtêm as mesmas condições de educação e emprego”, garante Neri. Segundo o estudo, mesmo em igualdade de condições, a chance de um branco ter acesso à internet é 167% maior que a de um não-branco¹

Esses dados revelam que o apartheid social brasileiro está vinculado histórica e culturalmente a fatores de ordem social e étnico-racial, isto é, ao racismo, ao colonialismo e ao capitalismo irresponsável perpetrado pelos dirigentes políticos, pelos ricos e pelos grupos intermédios da sociedade, além de diversos desmandos e corrupções que vêm mantendo os segmentos mais abastados da sociedade ao longo desses últimos quinhentos anos. Isso revela a irmandade africana com o Brasil, seja na história, seja nos desafios. Cito ainda, para efeito de comparação, uma estatística de 1999 divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), segundo a qual a população mundial usuária de internet era de apenas 2,4%, demonstrando que 97,6% não tinham essa tecnologia informacional e comunicacional. Com os dados desse relatório se constata que a população latino-americana e caribenha usuária da rede é de 0,8%, na África subsaariana é de 0,1% e no Sudeste Asiático, apenas 0,004%, ao passo que 88% dos usuários vivem

1. *Jornal do Brasil On Line*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 2003.

nos países ricos e industrializados do mundo, cujas populações representam juntas tão somente 17% do total do planeta (apud. Ramonet, 2002: 39).

Desse modo, os empobrecidos do mundo estão fora do diálogo internacional que se desenvolve pela internet. O referido relatório indica cerca de duzentos milhões de computadores pessoais interligados na rede, num conjunto global de aproximadamente seis bilhões de indivíduos, o que confirma o poder de exclusão e concentração da informação que acompanha a internet. No NEPAD verificamos a necessidade de investimento nas TICs, de maneira a reduzir a diferença, a desigualdade e a exclusão digital que atinge o continente:

No setor da investigação nós podemos estabelecer programas africanos, bem como programas de intercâmbio tecnológicos capazes de responder às necessidades específicas do continente, com particular respeito à luta contra o analfabetismo. (...) As TICs podem ser utilizadas para estabelecer programas regionais de ensino a distância e de educação sanitária, para melhorar a situação nos setores da saúde e da educação (Consulado Geral da República da África do Sul, 2002: 28)

4. O IMPERATIVO DA PARCERIA BRASIL-ÁFRICA

Como já colocamos em trabalho anterior sobre a relação entre África e Brasil,

a sociedade brasileira, as sociedades africanas e as demais sociedades empobrecidas do mundo têm uma árdua tarefa a cumprir a fim de tornar possível a sua inserção no mundo globalizado, superando os imensos limites colocados pela escrita, pela informática e pelo registro ocidentais, sem massacrar ou extinguir as práticas políticas e as estruturas de pensamento e comunicação, expressões que dão sentido e marcam de maneira autêntica a cultura e a história dos diferentes povos pertencentes a essas sociedades tão tradicionais e complexas quanto qualquer das sociedades ocidentais européias, por mais modernas que sejam. Até porque modernidade não é uma medida meramente de cunho ou viés econômico ou tecnológico (Fonseca, 2003: 133)

Ao terem um conjunto de necessidades e carências sociais e econômicas, a África e o Brasil devem maximizar suas energias e esforços para mudar a realidade em que estão mergulhados. Suas lideranças e as populações destes países precisam empenhar-se na busca de estabilidade e melhorias sociais,

dentro de um projeto de longo prazo, sem, com isso, negligenciar os frutos imediatos e os de curto e médio prazos. Consideramos que as prioridades em África são muitas e diversas, dentre as quais a infra-estrutura, a educação e a saúde são as pioneiras no trabalho de recuperação social e política. No entanto, entendemos que a saúde desde já precisa ter um atendimento especial, uma vez que sem ela as demais prioridades deixam de existir. Vejamos os dados do continente:

Em África registram-se muitos casos de doenças endêmicas. Bactérias e parasitas transportadas por insetos, a circulação de pessoas e outros meios, facilitados por outras fracas políticas e condições de vida. Um dos grandes impedimentos com que os esforços de desenvolvimento da África se confrontam é a ampla incidência das doenças transmissíveis, nomeadamente o HIV/SIDA, a tuberculose e a malária. A menos que essas epidemias sejam controladas, os ganhos reais no desenvolvimento humano permanecerão um sonho impossível de realizar. Em termos comparativos, a África está muito atrás em relação ao resto do mundo. Em 1997, os níveis de mortalidade infantil e juvenil apresentavam-se, respectivamente, em 105 e 109 por 1000, contra 6 e 7 nos países desenvolvidos. A esperança de vida é de 48,9 anos, contra 77,7 anos naqueles países. Existem apenas dezesseis médicos por cada 100.000 habitantes, contra 253 nos países industrializados. A pobreza, refletida nas mais baixas receitas per capita, constitui um dos mais importantes fatores que limitam a capacidade das populações para fazerem face aos seus problemas de saúde (Consulrado Geral da República da África do Sul, 2002: 37)

Essa realidade social, cultural, política, econômica e tecnológica africana retratada pelos diferentes intelectuais e estudiosos africanos e pelo NEPAD não difere muito da brasileira, principalmente daquela presente no Norte e Nordeste do país, sem mencionar a situação social das áreas que abrangem os Vales do Ribeira (SP) e do Jequitinhonha (MG), localizados na região Sudeste, a mais rica e desenvolvida do país.

A parceria entre os diversos países africanos com o Brasil torna-se um imperativo sócio-cultural-político e econômico, sobretudo aqueles de língua portuguesa e os que colaboraram na construção social e cultural, bem como auxiliaram na constituição das instituições políticas brasileiras desde o século XVI. O encontro entre esses países africanos e o Brasil dá-se mediado pela dívida e pela reparação sociais, seja pelos africanos que comercializaram

e colaboraram com o envio forçoso de outros africanos para o Brasil como escravizados, de um lado, ou, de outro, pela colaboração e construção do Brasil enquanto nação que esses africanos propiciaram ao país, legando uma identidade, uma cultura, uma tecnologia, uma ciência, um saber antigo, mas sempre renovável.

A dívida e a reparação sociais brasileira e africana devem considerar essa marca nas parcerias e convênios construídos para serem de cooperação técnica e mútua, estabelecendo isso como meta e princípio desses Estados, independente dos partidos e dos governos de ocasião. Até porque, se a recuperação e a reconstrução da África *“é uma questão de longo prazo, talvez daqui a três, quatro ou cinco gerações, por volta dos anos de 2100 ou 2200”*, como profetiza Munanga (1993: 111), temos, enquanto brasileiros e africanos, que estabelecer diálogos mais constantes, aproximarmos nossos povos, nossas culturas, nossos empreendedores e, além disso, retirarmos a visão ocidental, particularmente branca, inclusive de nossa diplomacia (Saraiva, 1997: 301-305).

Enfim, as novas lideranças africanas e brasileiras devem se apoiar em projetos comuns, com vistas a alicerçar pactos, acordos e parcerias institucionais, estruturadas nas políticas do eixo sul-sul e no comércio internacional pautados pelos países empobrecidos e em vias de desenvolvimento, como aqueles constituídos pelo Brasil, África do Sul e Índia, bem como pela Argentina e China. Essas parcerias políticas, comerciais e de cooperação recíproca que envolvem estes países e continentes podem e devem estar fundamentadas pelas necessidades e pela vocação criativa de sair do caos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camus, Albert. **O homem revoltado**. Trad. de V. Motta. Lisboa, Livros do Brasil, 1951.
- Consulado Geral da República da África do Sul. **NEPAD: Nova Parceria para o Desenvolvimento da África**. São Paulo, Consulado Geral da República da África do Sul, 2002. (mimeo)
- Fanon, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. de José L. de Melo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- Fernandes, Ari Cândido. **Eritreia: uma esquecida guerra de libertação africana**. São Paulo, Edicon, 1986.
- Ferro, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências — sécs. XIII-XX**. Trad. de M. Ruas. Lisboa, Estampa, 1996.
- Fonseca, Dagoberto José. “As relações Brasil-África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo”. In Chaves, Rita (org.). **Brasil/África: como se o mar fosse mentira**. Maputo, Imprensa Universitária, 2003.

- Gourevitch, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda**. Trad. de José G. Couto. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Marinovich, Greg e Silva, João. **O Clube do Banguê Banguê: instantâneos de uma guerra oculta**. Trad. de M. P. Ferreira. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- Mazula, Brazão (org.). **Moçambique: 10 anos de paz**. Maputo, Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento, 2002.
- Memmi, Albert. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. de R. Corbisier e Mariza P. Coelho. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- Munanga, Kabengele. “África: trinta anos de processo de independência”. **Revista da USP, Dossiê Brasil/África**. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), jul.-ago, 1993.
- _____. “Cultura, identidade e Estado Nacional no contexto dos países africanos”. In **A dimensão atlântica da África. IIª Reunião Internacional de História de África**. São Paulo, Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA/USP); Brasília, Serviço de Documentação Geral (SDG/Marinha)/Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes), 1997.
- Pinsky, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. Trad. de Jaime Pinsky et al. São Paulo. Brasiliense, 1980.
- Ramonet, Ignacio. “A colonização do ciberespaço”. **Cadernos Diplô, Le Monde Diplomatique**, 3. São Paulo, Instituto Abaporu, jan., 2002.
- Rocca, Roberto M. della. **Moçambique da guerra à paz: história de uma mediação insólita**. Trad. de Brazão Mazula. Maputo, Livraria Universitária, 1998.
- Saraiva, José Flávio S. “A dimensão atlântica da política externa brasileira: uma história de oportunidades latentes”. In **A dimensão atlântica da África. IIª Reunião Internacional de História de África**. São Paulo, CEA (USP); Brasília, SDG (Marinha)/Capes, 1997.
- Verhelst, Thierry G. **O direito à diferença — sul-norte: identidades culturais e desenvolvimento**. Trad. de M. L. César. Petrópolis, Vozes, 1992.

** Dagoberto José Fonseca é doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp Araraquara), coordenador executivo do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe) e membro do Centro Atabaque — Cultura Negra e Teologia. Do mesmo Autor; ver “A (re)invenção do cidadão de cor e da cidadania” (**Cadernos do CEAS**, 210: 65-83. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 2004).
[DagobertoJose@aol.com]*